

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 07 DE OUTUBRO DE 1999, NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - AV. AFONSO PENA, 2.336 14º ANDAR .**

Aos sete dias do mês de Outubro de mil novecentos e noventa e nove, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 14:45 horas, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, João Athayde Torres Valadares inicia a reunião passando informes da Mesa Diretora, conforme pedido do solicitante o Presidente lê a carta do Sr. Alexandre Luiz Prado. Belo Horizonte, 20 de Setembro de 1999. Prezados Senhores, Na oportunidade em que expresse minhas congratulações e o esforço dessa comissão organizadora para a viabilização da VI Conferência Municipal de Saúde, não posso deixar de externar meus mais profundos pesar pelos episódios que marcaram de forma ao meu ver negativa, apresentação da Mesa de Recursos Humanos naquele evento, causou – me estranheza, como deve ter causado a todos os participantes o fato de uma discussão tão oportuna como Recursos Humanos que permeou toda as discussões da Conferência , ter tido sua programação alterada passando das 14:00 horas para o horário espremido, antes do almoço, sem uma prévia consulta aos delegados e demais presentes, é um fato questionável, que essa ação empobreceu a discussão e privou os delegados de dados e informações importantes para discussão em grupo, e conseqüentemente para formulação das propostas em que pese a competência irrepreensível dos palestristas presentes. Desagradou – me pessoalmente o fato de ter sido convidado para participar da Mesa, conforme fica claro pelo documento em anexo, e apesar disso não ter sido chamado para compor a Mesa, embora estivesse presente ao evento. Na qualidade de representante institucional naquela ocasião, o fato constitui – se muito mais que em prejuízo pessoal, esse o tempo apaga, em desrespeito para com a área de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde, que consoante as políticas de saúde determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde vem procurando bem cumprir o seu papel e que esse papel deveria ter sido levado a Plenária para enriquecer as discussões, nesse episódio quero deixar claro que a proposta de compor a Mesa, me foi feito após constatado o equívoco, e os debates terem sidos iniciados, por uma questão de respeito aos componentes daquela Mesa e a todos os presentes principalmente por uma questão de respeito próprio pessoal e profissionalmente declinei do convite, quero crer que episódios dessa natureza não voltarão acontecer em futuros eventos e prefiro acreditar que os acontecimentos relatados tenham sido frutos de falhas de organização do evento, e que sendo assim seriam desculpáveis, para dirimir quaisquer possíveis entendimentos contrários a realidade, solicito que essa correspondência seja lida na primeira reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, Atenciosamente, Alexandre Luiz do Prado. Em seguida o Presidente do Conselho remeteu esta carta a Comissão Organizadora da VI Conferência Municipal de Saúde para corrigir os erros que aconteceram nesse episódio. Em seguida o Secretário Geral Paulo Roberto Venâncio de Carvalho passa os informes da Plenária Regional dos Conselhos Municipais de Saúde da região metropolitana a realizar – se no dia 15 de Outubro de 1999 na Diretoria Metropolitana de Saúde e da Plenária Estadual de Conselhos de Saúde a realizar – se no dia 22 de Outubro de 1999 no auditório do Clube de Diretores Lojistas. O Presidente do Conselho informa que participou da posse da Comissão Local de Saúde do Centro de Saúde Betânia realizada no começo de outubro. O Segundo Secretário Coornellis informou que a Mesa Diretora esta pensando numa proposta de realização de um curso de conselheiros para o ano 2000, incluindo temas já tradicionais e outros referentes a organização de reuniões de conselhos., um curso menos teóricos mais práticos. A Conselheira Local de Saúde Sebastiana Luiza , faz uma reclamação sobre a nova organização do Centro de Saúde Santa Terezinha e a relação com a associação de seu bairro. A conselheira Maria Josefina relata sobre as dificuldades de relação entre a comissão local de saúde e associação do bairro Santa Terezinha, a conselheiro propõem que a Mesa Diretora marque uma reunião no Centro de Saúde Santa Terezinha, com a participação da Comissão Local de Saúde e Associação de Moradores para discutir e tentar solucionar as dificuldade de relacionamento. O Conselheiro Evaristo Garcia passa informes sobre o Seminário realizado na Assembléia Legislativa realizado nos dias 27 a 30 de Setembro de 1999, sobre o emprego e o trabalho, segundo o conselheiro participaram deste seminário 690 delegados de todo o Estado e informou que no dia 17/10/99 será publicado no Minas Gerais o Relatório Final deste Seminário. Propõem convidar os deputados Sérgio Miranda, Jandira Fegalhi e João Fassarela para debater sobre o Orçamento da União para o ano 2000. O Conselheiro José Osvaldo Maia comunicou que fez uma carta ao Conselho Distrital de Saúde do Barreiro, colocando o seu cargo de conselheiro municipal de Saúde a disposição do Conselho Distrital, informa que a partir desta data assume em seu lugar a Conselheira Suplente Efigenia Maria dos Santos Xavier. Coloca que a sua decisão foi no sentido de continuar contribuindo com no Conselho, não mais como conselheiro, e agora só ficando na função de funcionário a serviço da Secretaria Executiva. O Conselheiro Antônio Gomes fez uma apelo aos membros da câmara técnica de comunicação para que participem mais das reuniões das mesmas, com o objetivo de retomar a discussão do Jornal dos Conselhos. A Conselheira Rosalina propõem que a carta do Sr. Alexandre Luiz Prado referente a VI Conferência Municipal de Saúde, seja transcrita na integra na ata desta reunião, como uma forma de minimizar a falha da Comissão Organizadora da VI Conferência. A Mesa Diretora acatou a proposta da conselheira. O conselheiro Antônio Amâncio deu informes sobre o Conselho Comunitário do Hospital Alberto Cavalcanti, dizendo das dificuldades encontradas pelos trabalhadores e usuários do hospital, devido as reformas que lá estão acontecendo, disse que formaria uma comissão para conversar com a direção da FHEMIG, no sentido de acelerar as obras. Em seguida O Presidente do Conselho João Athaide coloca em votação as propostas de atas das reuniões do conselho realizadas nos dia 08,22,29,10 e 05/11/98. Comunica que o Conselheiro Antônio Carlos

60 fez um pedido por escrito de retificação na sua fala na reunião do dia 08/10/98, pedindo para colocar na integra a sua  
61 fala. A conselheira Rosalina coloca que é muito complicado transcrever na integra fala de conselheiro, segundo ela se  
62 todos os conselheiros pedirem para fazer isto, segundo ela é um processo muito complicado. O secretário Geral Paulo  
63 Roberto Venâncio disse que a mesa acataria a solicitação do Conselheiro, pois é um caso especial e diz acreditar que  
64 pedido como esse não é comum a todos os conselheiros. Em seguida o Presidente coloca as atas em votação, todas atas  
65 foram aprovadas pelos conselheiros.. Em seguida passa a palavra para o Coordenador de Orçamento do departamento  
66 de Finanças da Secretaria Municipal de Saúde, Gilberto Lino Paes Landim para apresentação da proposta Orçamentária  
67 do Fundo Municipal de Saúde. A proposta foi apresentada através de slides e foram entregues a todos os conselheiros  
68 antes dessa reunião para análise, e uma xerox foi arquivada na Secretaria Executiva do Conselho. Orçamento Total do  
69 Fundo Municipal de Saúde de Belo Horizonte Para o ano 2000 é no valor de R\$.451.632.928,00. Em seguida o  
70 Presidente do Conselho faz a leitura do parecer da Câmara Técnica de Financiamento, fruto da reunião da Câmara  
71 Técnica realizada no dia 29/09/99 lida na integra. A Câmara Técnica de Financiamento reunida no dia 29 de Setembro  
72 de 1999, apreciando a Proposta Orçamentária do Fundo Municipal de Saúde para o ano 2000, decidiu recomendar a  
73 aprovação do Orçamento com as seguintes observações.1- A SMSA deverá apresentar trimestralmente Quadro  
74 Comparativo entre o Recurso Orçado e o Executado. 2- A SMSA deverá apresentar também Quadro Comparativo entre  
75 o Recurso Orçado e o Executado referente ao ano de 1999. 3- A SMSA deverá informar ao CMS o que representa em  
76 percentual o Orçamento da Saúde em relação ao Município de Belo Horizonte. Assinado João Athaide. CTF. Em  
77 seguida a assessora do Departamento de Orçamento e Finanças Ana Paola presta esclarecimento, ela coloca que em  
78 relação ao percentual de repasse do Tesouro Municipal para o Fundo Municipal de Saúde, ela diz que 1997, o relatório  
79 foi fechado no final do ano em 19,81% junto com a transferência para o HOB ficou em 24,75% e em 1998.,somado o  
80 repasse para o HOB ficou 17,14%, uma estimativa para 1999, e que a transferência do Rot para o FMS – incluindo o  
81 HOB o percentual poderá chegar a 17% no final do ano. A Diretora do Departamento de Orçamento e Finanças Elizete  
82 Aparecida Soares esclarece sobre o percentual repassado pelo Rot ao FMS, disse que para achar esse percentual não se  
83 considera toda a arrecadação da Prefeitura que já tem verbas encaminhadas que não que não pode vir para a saúde,  
84 exemplificou a verba para educação, que já tem seu percentual definido por Lei Federal, disse que o recurso que vem  
85 do Fundo Nacional de Saúde também porque ele já vem direto para o Fundo Municipal de Saúde. A Secretaria da  
86 Fazenda pega o total de receitas da PBH e exclui essas verbas encaminhadas e aí só considera as receitas como IPTU,  
87 ITBI, mais transferências do Governo Federal que não são vinculadas, exemplificou o Fundo de Participação do  
88 Município, e o ICMS, é dessa forma que achamos o percentual aplicado pela PBH na saúde. O Secretário Geral coloca  
89 que o CMS tem que acompanhar aprovação do Orçamento Geral da PBH na Câmara Municipal. Em seguida o  
90 Secretário Geral Paulo Roberto Venancio coloca em discussão o parecer da CTF, sobre a Proposta Orçamentaria do  
91 Fundo Municipal de Saúde para o ano 2000.O Conselheiro Antônio Carlos pergunta sobre o valor destinado no  
92 orçamento para o Projeto BH-Saúde. Onde que realmente aumenta o orçamento para o ano 2000. E apresenta uma  
93 proposta de Emenda ao Orçamento solicitando verbas para contratação de recursos humanos para a Policlínica Silveira  
94 e da Pampulha, o Segundo Secretário Coornellis reclama que os recursos para a Saúde Mental no Brasil é muito pouco  
95 e pergunta sobre o total dos Recursos do Município e o que é gasto na saúde. A Conselheira Rosalina pede  
96 esclarecimentos sobre o documento enviado ao Conselheiro sobre o orçado e o executado , citou exemplo que é orçado  
97 para o CMS e o que foi gasto com o Conselho. Perguntou como é remanejado o Recurso do Conselho, e o que foi gasto  
98 com Conselho. Citando que Orçado do CMS é de R\$403.000,00 este ano e o gasto até agora é de R\$2.000,00. A  
99 Conselheira Maria Josefina apoia a Emenda da CTRH apresentada pelo Conselheiro Antônio Carlos, referente a RH e  
100 propõe um concurso público para este ano. E quanto de RH foi contratado pela SMSA este ano. A Gerente do Centro  
101 de Saúde Felicidade Geralda Margarida pergunta sobre os recursos destinados ao Distrito Norte referente a reforma e  
102 construção de Unidades de Saúde, achando que o que está no orçamento é muito pouco para as demandas da Norte e se  
103 vai ter algum reforço financeiro do Rot. O Conselheiro Evaristo Garcia coloca que orçamento para 1999 é de  
104 R\$296.000.000,00 e para o ano 2000 é de R\$451.000.000,00 ele quis saber sobre essa diferença de R\$120.000.000,00,  
105 de onde está vindo esse dinheiro a mais, coloca sua preocupação se desse recurso vai se tira os 5% para a Câmara  
106 Municipal de BH. A Conselheira Rosselli pergunta sobre o Recurso repassado para o HOB se está incluído os 5% para  
107 a BEPREM e quanto foi transferido de dinheiro da BEPREM para o HOB. Ela pergunta sobre o orçamento porque não  
108 está especificado recursos para Urgência e Emergência e pergunta se a doação para o Centro de Saúde São Paulo está  
109 incluído no orçamento. Em seguida a Diretora do Departamento de Orçamento e Finanças, Elizete Aparecida soares  
110 responde asindagações dos conselheiros. Coloca que quando o departamento abriu a discussão do orçamento, o  
111 Conselho foi convidado para a reunião de abertura e a partir daí o conselho enviou um documento a todos os Conselhos  
112 Distritais de Saúde para acompanhar a elaboração do orçamento nos Distritos Sanitários. Existe uma técnica de se  
113 fazer orçamento não dá para contemplar todas as necessidades da rede no orçamento. Existe muitos gastos indiretos.  
114 Todas as despesas exatas que conseguimos ver ela é colocada, outras não por exemplo o Conselho ele faz gastos  
115 diretos, como luz, xerox, despesas administrativas e isso não tem como aparecer no Relatório, pois o gasto é incluído  
116 no Geral da SMSA, por exemplo despesas com viagem dos Conselheiros isso aparece. Se nós formos apurar os gastos  
117 com o Conselho isso dá muito mais o que aparece no documento enviado ao CMS sobre os seus gastos. Ela coloca que  
118 o orçamento é uma previsão, não quer dizer que tem o dinheiro. A Urgência e Emergência está embutida em outros

119 projetos atividades como Medicamentos, Recursos Humanos e outros. Não existe um projeto atividade específico para  
120 Urgência e Emergência e Saúde Mental. Depois de que estiver instalado um projeto de Apuração de Custo, esta questão  
121 vai ficar mais fácil para apurar e o Conselho acompanhar melhor. Colocou o Departamento a disposição dos  
122 Conselheiros para acompanhar o processo financeiro da Área de Saúde, com a relação o BH-Saúde, Disse que já tem a  
123 previsão de gastos com o BH-Saúde já está no orçamento embutidos em informática e RH. Se tivermos dinheiro  
124 suficiente, atenderíamos a todas as demandas dos Distritos, mas isso é impossível. Isso não será 100%. Sobre RH, quem  
125 passa Recursos para RH é a PBH, toda parte que vem do Rot é repassado para o Fundo Municipal de Saúde, não foi  
126 previsto aumento, para o funcionalismo, e o acréscimo é para algumas coisas que vai crescer na rede e muito diminuto.  
127 A Conselheira Sônia Ribeiro disse que a SMSA tem em mãos as necessidades de RH, e disse que está na JUCOF para  
128 autorizar o Concurso Público na área de saúde. Os recursos do HOB são referentes aos Encargos Sociais dos  
129 funcionários que PBH repassa ao HOB. Disse que é impossível repassar dinheiro do SUS para a Câmara, pois existe  
130 uma fiscalização do Conselho, Tribunal de Contas, Ministério da Saúde e da Fazenda e Ministério Público. Esse  
131 recurso é só para a saúde. O Conselheiro Antônio Carlos sugere que o Conselho crie um comissão para acompanhar a  
132 gestão de RH na JUCOF/ Secretaria Municipal da Fazenda. A Elisete Rodrigues Pereira, chefe de gabinete  
133 complementa dizendo que Recursos Humanos para o BH-Saúde os Agentes Comunitários de Saúde estão sendo  
134 contratados pela FUNED. Outros trabalhadores estão sendo contratados por Contratos Administrativos. Se houver  
135 necessidade para contratar mais Recursos Humanos para o BH-Saúde a PBH envia um projeto á Câmara pedindo  
136 suplementação financeira. Esclarece que o aumento do orçamento foi projetos do Ministério da Saúde como assistência  
137 farmacêutica, AIDS, e o projeto da SMSA o BH-Saúde, esclarece que as doações ao Fundo Municipal de Saúde, são  
138 constatados no orçamento. O Secretário Geral, Paulo Roberto Venancio de Carvalho informa que a mesa vai junto a  
139 Secretaria contratar um técnico especialista em Orçamento referendado pelo Plenário para ajudar a CTF nesta questão e  
140 outras relativas ao setor financeiro da SMSA. O Secretário Geral Paulo Roberto Venancio coloca em aprovação a  
141 Proposta orçamentária do Fundo Municipal da Saúde / 2000 com as seguintes recomendações incluindo as  
142 recomendações do parecer da CTF. 01- Que a SMSA envie a Secretária Executiva do conselho as respostas dos pedidos  
143 da CTF. 02- Que o CMS acompanhe os relatórios financeiros trimestralmente do orçado e do executado pela SMSA.  
144 03- Que o CMS acompanhe as discussões da proposta Orçamento FMS nas comissões da Câmara Municipal de BH, e a  
145 sua votação no Plenário do Legislativo Municipal. 04- Que o CMS forme uma comissão para acompanhar junto a  
146 JUCOF a questão do Concurso Público. 05 – Que seja incluído na Proposta Orçamentária recursos financeiros para a  
147 Policlínica Silveira e Pampulha, na questão de contratação de recursos Humanos para essas duas entidades. Foi  
148 aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes na reunião a proposta orçamentária do Fundo Municipal de  
149 Saúde para o ano 2000. Em seguida Elizete do Departamento de Orçamento e Finanças, coloca que importante a  
150 contratação do técnico em orçamento para ajudar o Conselho pois a questão do orçamento é muito complicado para  
151 todos, Técnicos e Conselheiros, reclamou da não apresentação dos Relatórios Financeiros 98/99 ao CMS, por  
152 dificuldade da CTF. Dar quorum. Disse que o Setor várias vezes tem tentado essa apresentação e por esse motivo não  
153 conseguiu e agradece a todos pela aprovação do orçamento FMS/2000. Em seguida o Secretário Geral Paulo Roberto  
154 Venancio coloca que foi incluído o ponto de pauta, solicitado pelo Sindess e Sind-Saúde. O tema Avaliação do  
155 funcionamento dos hospitais e estabelecimentos de saúde de Belo Horizonte. O Secretário Geral convida Boaventura  
156 Mendes do Sindess, Valdisnei Honorio do Sind-Saúde e João Batista de Souza chefe da Vigilância Sanitária Municipal  
157 para compor a mesa. A Primeira Secretária Elizete Rodrigues Pereira esclarece que tem para ser discutido hoje vai em  
158 função do que a Vigilância Sanitária tem feito em relação a fiscalização dos Estabelecimentos de Saúde de BH. Em  
159 seguida o chefe da Vigilância Sanitária Municipal discorre sobre a Vigilância Sanitária. A Vigilância Sanitária até  
160 1996, ela só trabalha na fiscalização de alimentos de alguns tópicos de saneamento básico, apesar de ser regulamento  
161 pela lei federal 8080 e a lei municipal que tornou pratica a competência da Vigilância Sanitária, apenas em julho de  
162 1998, que efetivamente o processo se iniciou com a nova equipe que assumiu a gerência a Vigilância a convite do então  
163 Secretário Marilio Malagutti. A nova equipe chegou aqui na crise aguda dos medicamentos falsificados em todo o país,  
164 e tomamos uma decisão rápida em fiscalizar essa questão e retiramos no prazo de seis meses em BH, de circulação  
165 cerca de cem mil medicamentos com prazo de validade vencido e que estava sendo vendido normalmente nas farmácias  
166 de BH, e retiramos dez mil medicamentos falsificados constantes da Listagem do Ministério da Saúde. Nós  
167 consideramos hoje que esse processo está sobre o controle ,mas já liberamos mais de 800 alvarás para drogarias e  
168 farmácias em Belo Horizonte e 350 em processo 06 vitorias por não terem cumprido as determinações da Vigilância  
169 Sanitária. Na seqüência a este trabalho até porque a Municipalização da Vigilância Sanitária envolve todo o setor de  
170 Saúde, mas infelizmente não temos estrutura ainda para assumir toda essa Vigilância Sanitária, optamos então por  
171 fazer fortes: iniciamos com a fiscalização aos medicamentos e prosseguimos a Vigilância aos estabelecimentos de  
172 Saúde (hospitais, laboratórios, clinicas, consultórios médicos e odontológicos) para essa segunda etapa estamos  
173 aguardando um Concurso Público para a área, que já está em fase de licitação a Empresa que vai fazer o concurso , para  
174 ampliar o nosso leque e efetivamente assumir toda a Vigilância Sanitária em BH, com relação aos estabelecimentos de  
175 saúde de BH. Nós temos um Código Sanitário que normatiza toda a ação da Vigilância Sanitária em todos os seus  
176 aspectos. Nós baixamos uma portaria através do Secretário Municipal de Saúde. – Norma Técnica 24 de 24 06 de  
177 março de 1999, esta portaria diz claramente, como é feita a fiscalização nos hospitais, nós fiscalizamos almoxarifado,

178 os ambulatórios, central de material de esterilização, centro cirúrgico, centro obstétrico, controle de infecção hospitalar,  
179 as farmácias, os laboratórios de patologias clínicas, lactário, centro de lixo, lavanderia, maternidade, nutrição, unidade  
180 geral de recém-nascido, unidade de internação, pediatria e recursos humanos de forma geral e serviço de nutrição e  
181 dietética, esses serviços são todos disciplinados em normas técnicas. Existe então norma técnica especial 002/99 e 21  
182 roteiro de vistoria fiscal, em que cada setor desse que eu falei anteriormente, a gente disciplina o que é obrigatório e  
183 que recomendável em cada setor deste, o critério recomendável é da legislação maior, Municipal, Estadual e Federal.  
184 Se o hospital não cumpre o que é obrigatório, ou recomendável a vigilância pode não liberar seu alvará sanitário. A  
185 fiscalização é feita pelos setores dos Estabelecimentos e tenha algumas áreas que nós não consideramos críticas.  
186 Administrativos, almoxarifado, saúde, segurança do trabalhador e lixo. E estes setores tem que ter 50% de aprovação.  
187 As outras áreas são consideradas semi-críticas, unidade de internação, pediatria, lactário, ambulatório, farmácia, serviço  
188 de radiologia por imagem, odontologia, maternidade, nutrição e dietética, lavanderia e os laboratórios, e estes setores  
189 tem que ter o mínimo de 55% de aprovação para terem o seu alvará sanitário liberado. E as comissões de controle  
190 hospitalar, devidamente montados, central de esterilização, centro cirúrgico, centro obstétrico, unidade de recém-  
191 nascido e unidade de esterilização, são consideradas áreas críticas e tem que ter um mínimo de 60% de regularização  
192 para se conseguir o alvará sanitário. A Vigilância Sanitária Municipal não assumiu os setores de CTI e UTI,  
193 Hemodiálise e Sangue ( está com o estado ). Temos feito um estudo e treinamento com a Vigilância Sanitária Estadual  
194 e futuramente, assumiremos a vigilância a estes setores. Nós fazemos essa vigilância rotineiramente todos os dias nos  
195 hospitais. O que a imprensa divulgou foi que nós não damos o alvará definitivo a alguns hospitais por não estarem  
196 cumprindo determinações da Legislação Sanitária Municipal. Total de cerca de 20 hospitais foram vistoriados e não  
197 tiveram a pontuação mínima, neste sentido foi dado um alvará provisório, no sentido deles se adequarem as normas do  
198 Código Sanitário e depois dá o alvará definitivo e teve hospitais que setores foram reprovados pela vigilância e não  
199 receberam o alvará. Não foi preciso interditar os hospitais, apenas orientá-los e exigir adequação destes setores com o  
200 objetivo de não comprometer a saúde dos usuários que usam estas unidades. Nós dentro do nosso trabalho, estamos  
201 fazendo estes serviços rotineiros com drogarias, laboratórios e hospitais. Alguns hospitais já resolveram essa questão e  
202 adequaram os setores que foram reprovados pela Vigilância. Muitos hospitais nós estamos acompanhando para se  
203 regularizar quero ressaltar que a Vigilância não só fiscaliza os hospitais privados, fiscaliza também os públicos, o que  
204 acontece é a qualidade dos serviços oferecidos à população que procura estes hospitais, em seguida o Diretor do  
205 Sindess Boaventura fala, agradecendo o seu pedido pela realização deste debate, fala que o Conselho, deve cumprir um  
206 papel fundamental no controle da qualidade de serviço de saúde que é prestado a população do município, eu disse a  
207 vários órgãos de imprensa que muitos hospitais de BH, mutilam e matam usuários invés de prestar bom atendimento  
208 aos usuários, infelizmente o Prefeito de BH Célio de Castro foi para a imprensa dizer que não me conhecia e que ia me  
209 processar porque eu estava criando pânico na população de BH, por infelicidade dele, no dia seguinte foi publicado e  
210 confirmado em grande parte as denúncias que eu vinha fazendo desde muito tempo. Citou várias denúncias sobre  
211 irregularidades destes hospitais, quero deixar claro para Doutor Célio, enquanto Prefeito e Médico, que ele tem que ter  
212 conhecimento dessa situação porque passa esses hospitais. Nós não viemos aqui para questionar o trabalho da  
213 Vigilância Sanitária, pelo contrário, e nós queremos que as coisas sejam bem feitas e as providências sejam tomadas,  
214 porque não dá mais para a população continuar sofrendo nesses hospitais, preciso dizer que os hospitais conveniados ao  
215 SUS inclusive os filantrópicos, estão mais preocupados com a questão do retorno dos recursos de verba do que com a  
216 qualidade de prestação de serviços a população. A população muitas vezes fica preocupada com a interdição de  
217 hospitais porque muitas vezes ela é leiga, cabe ao poder público interditar e explicar a população porque interditou.  
218 Nós não queremos sair por aí fechando hospitais não dá para continuar maltratando a população. Citou a interdição da  
219 Maternidade Ernesto Gazzoli pelo SUS, o hospital deveria ser fechado, pergunta porque não foi fechado para convênio  
220 e particular, criticou a SMSA por esta questão. Criticou a atitude do Prefeito e do Secretário Municipal de Saúde que  
221 ameaçaram demitir o chefe da Vigilância Sanitária por ele ter divulgado as irregularidades dos hospitais de BH, disse  
222 que isso é um absurdo o que o Prefeito e o Secretário fizeram, principalmente o Prefeito que é médico e conhecedor  
223 dessa situação. Estamos dispostos a estar junto com os Técnicos da Vigilância Sanitária para acompanhar essa  
224 fiscalização. Temos que fazer um debate com o Prefeito sobre esta questão. Sugere que o CMS acompanhe essas  
225 fiscalizações. Coloca que a Santa Casa falta medicamentos para os usuários do SUS, que a prioridade é para os  
226 conveniados, é um absurdo. Esses hospitais querem o lucro, nada com a população. Em seguida o Sindicalista  
227 Valdisnei do Sind-saúde inicia falando que o Boaventura já adiantou várias questões e informações e o próprio chefe da  
228 Vigilância Sanitária esclarece que o Sind-saúde não está contra o trabalho da Vigilância Sanitária Municipal, pelo  
229 contrário, estamos lado a lado dos trabalhadores da Vigilância Sanitária. Nas fiscalizações dos hospitais. Fala que essas  
230 denúncias não são de hoje, elogiou o Sindess pelas denúncias com muita profundidade até porque a maioria dos  
231 hospitais em BH é conveniado ao SUS, os públicos são poucos. Falou que o problema foi que este setor são  
232 complementares ao SUS, por determinação federal eles trabalham em cima de lucros. Não tem como compatibilizar esta  
233 questão, e a dificuldade do controle sobre eles. Acho que temos que discutir como a sociedade civil como fazer o  
234 controle sobre esses hospitais propõe uma legislação que quando fechar um hospital privado o poder público assumi-lo.  
235 Citou a dificuldade dos sindicatos fazerem esse controle, coloca que o conselho pode ajudar muito no avanço desse  
236 controle aos hospitais. O Secretário Geral Paulo Roberto Venancio repudia a atitude do Secretário de Estado da Saúde

237 Armando Costa em proibir a participação dos sindicatos a convite do promotor público de uma reunião para discutir a  
238 questão da Vigilância Sanitária nos hospitais públicos de BH, esta reunião foi no dia que entrou em vigor o Código  
239 Sanitário Estadual. Em seguida abriu as para o Plenário para as perguntas aos debateres. O Conselheiro Antônio Carlos  
240 pergunta ao chefe da Vigilância Sanitaria, como chegou as irregularidades da Ernesto Gazzoli e a respeito dos 300 partos  
241 do SUS, pergunta para onde foram atendidas essas mulheres. Propõe que os representantes dos hospitais no conselho  
242 reuni com os Sindicatos e a Vigilância Sanitária para resolver esta questão e que a Vigilância Sanitária antes de  
243 divulgar na imprensa as irregularidades dos hospitais, primeiro informasse ao CMS. A Conselheira Leda esclarece que  
244 o SMSA reuniu com várias maternidades antes de interditar a maternidade Ernesto Gazzoli, para essas maternidades  
245 assumirem os 300 partos da Ernesto Gazzoli, conforme informação da direção do Hospital Sofia Feldman. O  
246 Conselheiro Amarílio parabeniza o chefe da Vigilância Sanitária pelo excelente trabalho junto a este setor. Ele coloca  
247 que está fazendo uma fiscalização no Setor Odontológico dos Centros de Saúde de Belo Horizonte. Disse que está  
248 estarrecido e abismado com o desleixo do setor, disse que quando estiver com todos os dados sobre os problemas do  
249 setor odontológico da SMSA encaminhará estes dados a Mesa Diretora o CMS. Disse que o Setor de Odontologia é o  
250 expurgo da saúde em BH. Criticou o coordenador de saúde bucal da SMSA, dizendo que todos os coordenadores de  
251 saúde bucal são dentistas do dedo seco, nunca puseram a mão na boca de um paciente são teóricos e burocratas.  
252 Criticou o Restaurante Popular, por ele estar localizado na Boca do Arrudas, defendeu que a Vigilância Sanitária deva  
253 fechar o restaurante. A Conselheira Rosselli parabeniza o chefe da Vigilância Sanitária pelo seu trabalho e o  
254 enfrentamento com o Chefe do Poder Municipal nesta questão. Fez denúncias sobre o Hospital Municipal Odilon  
255 Behrens. Sobre os tercerizados da limpeza que não tem um local para esquentar as marmitas, esquentam no chão,  
256 problemas de vazamento de chuvas no HOB, disse que as ambulâncias do resgate são lavadas no meio da rua ou na  
257 garagem da PBH que está sempre amontoadas de lixo, sugere que a vigilância diga ao Secretário e ao Prefeito para  
258 arrumarem um local para guardar as ambulâncias do resgate, para lavagem das mesmas. Pergunta Se a vigilância  
259 trabalha com a questão do CCHG nos hospitais privados e públicos. O Conselheiro Roges parabenizou os membros da  
260 mesa, criticou o restaurante popular, dizendo que o serviço oferecido é de pobre para pobre, disse que a mesma coisa é  
261 a saúde, querem acabar com o SUS em benefício da rede privada. Criticou a SMSA dizendo que ela sabe dessas coisas  
262 que está acontecendo na saúde, seria ingenuidade nossa imaginar que a SMSA não sabe o que está acontecendo na  
263 saúde. Elogiou o chefe da Vigilância Sanitária, mas disse que nós não vamos resolver esta questão com alvarás em  
264 fiscalizações, o problema é vontade política de gestores. A Conselheira Rosalina propõe que a CTCA continue a  
265 discussão com a presença do chefe da Vigilância Sanitária e os Sindicatos para aprofundarem a fiscalização também  
266 nos hospitais públicos. Propõem que o CMS tivesse uma participação ativa na questão da vigilância sanitária. Falou  
267 também sobre os recursos financeiros arrecadados com a multa e taxas pela Vigilância Sanitária, não tem sido passados  
268 para o Fundo Municipal de Saúde, que o Conselho cobrasse esses repasses ao Secretário Municipal da Fazenda. A  
269 Conselheira Joana levantou as dificuldades do Centro de Saúde, quanto ao setor de limpeza, pois as trocas de  
270 funcionários são constantes, falta de material básico, podendo causar infecções nos nossos centros de saúde, criticou o  
271 sistema ambulatório do hospital das clínicas, quanto ao material a micro nebulização do hospital diferentemente do que  
272 é feito nos centros de saúde da PBH. Disse que o Centro de Saúde Minas Caixa não tem a mínima condição de trabalho  
273 devido a sua construção não ser adequada para o atendimento a população. Sugere que se crie uma comissão do  
274 Conselho para acompanhar a fiscalização sanitária aos estabelecimentos de saúde de BH. A Sindicalista Soraia  
275 funcionária da Santa Casa criticou que muitos hospitais dão preferência aos convênios e consultas particulares, mas  
276 dizem que o pessoal do SUS vai ser atendido, diz que é um discurso demagogo, diz que a entrada do usuário do SUS na  
277 Santa Casa é diferente da entrada de convênio, dão preferência aos conveniados, isto prejudica aos usuários do SUS. O  
278 Secretário Geral Paulo Roberto Venâncio avisa que no dia 21/10/99 vai ter uma reunião extraordinária do CMS para  
279 discutir a questão da relação de trabalho dos hospitais, convocada pelo Ministério público. O Conselheiro Evaristo  
280 Garcia sugere que convide todos os hospitais públicos para fazer essa discussão, falou também sobre a questão do  
281 saneamento básico em BH, sobre limpeza de cargos. Perguntou quantos médicos tem na Secretaria Municipal de  
282 Planejamento trabalhando com a questão do OP da Cidade, defende que estes médicos voltem para a SMSA para  
283 atender pacientes. A Conselheira Anadil, disse que não vai parabenizar a vigilância sanitária, porque ela está chegando  
284 atrasada a vigilância tem que chegar é na hora que o hospital é construído para ver se as condições das construções são  
285 adequadas, defendeu que a vigilância também fiscalize a unidade de saúde do SUS/BH. A Conselheira Janine trabalhou  
286 em clínicas particulares e na prefeitura, os profissionais da odontologia recebe luvas, e que não acontece nas clínicas  
287 particulares, disse que material na odontologia não falta, elogiou a coordenação de saúde local da SMSA e a Secretaria  
288 está avançada na Biosegurança. Pergunta quando vai iniciar a vistoria nas Unidades de Saúde de BH, pela vigilância  
289 sanitária. O Conselheiro Antônio Amâncio pergunta se tem hospitais com risco de infecção hospitalar 0 (zero) em BH.  
290 Se os alardes da mídia deixou os usuários, sem saber para onde ir e gostaria de saber se os prazos aos hospitais, clínicas  
291 e casas de saúde foram suficientes para nesse momento de crise financeira e até mesmo pela defasagem da tabela do  
292 SUS. O Presidente do CMS João Athyde diz que as propostas aqui faladas devem ser remetidas a CTCA e depois voltar  
293 para o Plenário para deliberar sobre esta questão. A Primeira Secretária Elizete Rodrigues Pereira esclarece que o  
294 processo de municipalização da Vigilância Sanitária foi feito em abril/99, disse que o processo era estadualizado, fala  
295 que a Vigilância Sanitária deve atuar tanto no setor publico como no privado. Sobre a Ernesto Gazzoli as denúncias

296 foram feitas por usuários da maternidade. As denúncias da Maternidade Ernesto Gazzoli vem desde 1997, foram feitas  
297 s auditorias até chegar em 1998, decretar a interdição pelo SUS/BH, disse que antes de interditar a maternidade o  
298 Secretário Municipal de Saúde reuniu todas as maternidades de BH para suprir a demanda da Ernesto Gazzoli e garantir  
299 o atendimento. O chefe da Vigilância Sanitária, agradeceu a todos que apoiaram o trabalho da Vigilância Sanitária,  
300 disse que está disponível para responder as perguntas na CTCA, dizendo que o trabalho da Vigilância Sanitária não é  
301 fácil, sofremos pressão de todos os lados, e disse que esse trabalho se deu em muito pela decisão do atual Secretário  
302 Municipal de Saúde Marilio Malagutti Mendonça. O Conselheiro Boaventura, disse que nós do sindicato no vamos cair  
303 nas armadilhas dos hospitais para a privatização da saúde, temos que fazer uma defesa ferrenha do sistema de saúde  
304 pública e defesa do SUS. Colocou-se a disposição da Vigilância para enfrentar os donos de hospitais, e também do  
305 conselho para resolver esta questão. O Sindicalista Valdisnei coloca mais uma vez uma contradição entre o Serviço  
306 Público de Saúde e o Serviço Privado. Sem esconder os problemas dos serviços públicos na qualidade de atendimento.  
307 Coloca a disposição do conselho para continuar o debate no CMS. E disse que está ao lado da Vigilância para continuar  
308 a discussão. O Secretário Geral Paulo Roberto Venâncio pede que as normas técnicas da Vigilância Sanitária passam  
309 pelo CMS, pedido ao chefe da Vigilância Sanitária. Em seguida lê as propostas sugeridas no debate. 01 – Que o CMS  
310 acompanhe as visitas da Vigilância Sanitária aos estabelecimentos de BH. 02 – Que conste no relatório de gestão as  
311 visitas da Vigilância Sanitária com os encaminhamentos dados. 03 – Que a CTCA discuta o assunto da Vigilância  
312 Sanitária com a presença dos sindicatos da área de saúde e da chefia da Vigilância Sanitária. 04 – Que o CMS cobre o  
313 cumprimento da lei dos recursos oriundos das multas e taxas recolhidos pela Vigilância Sanitária sejam repassados para  
314 o FMS que está estabelecido no Código Sanitário. 05 – Que o CMS faça um seminário sobre Biosegurança com os  
315 funcionários da Rede Municipal de Saúde. 06 – O Secretário Geral propõe uma moção para ser enviado ao Governo  
316 Federal repudiando a proposta de acabar com o poder deliberativo dos conselhos. O grupo WIWHER está convidando  
317 para um seminário nos dias 13 e 14/11/99 em Contagem. O 1º Encontro Mineiro de Mulheres e AIDS e o 1º Encontro  
318 Metropolitano de Pessoas Portadoras. Vivendo com AIDS, sobre a relação de trabalho convocado pela Delegacia  
319 Regional do Trabalho o Conselheiro Amarílio pede que se convide todos os sindicatos no assunto. Em seguida o  
320 Secretário geral coloca em votação as propostas apresentadas, todas foram aprovadas. Em seguida foram tirados os  
321 representantes do CMS para o 2º Encontro Mineiro de Mulheres e AIDS: Maria Terezinha Souza Assis, Roges  
322 Carvalho dos Santos, Rosemeire Pinto da Silva, Rosângela Ribeiro de Faria, Laraene Alves Tolentino Silva, Marlene  
323 Lages Moreira, Leda de Souza Costa, Antônio Gomes Ramos, Nercir da Silva, Joana da Conceição da Costa Paranhos.  
324 Para a Plenária Metropolitana de Conselhos de Saúde foram tirados os seguintes Conselheiros: Roberto Francisco  
325 Pereira, Evaristo Garcia, Joana da Conceição Costa Paranhos, Altamiro Alves, Leda de Souza Costa, Marta  
326 Auxiliadora, Janine de Azevedo Machado, Paulo Roberto Venâncio Carvalho, Antônio Carlos da Silva, Maria Josefina  
327 Rodrigues Coelho e Anadil Benedita Rulmam. O Secretário Geral confirmou que no dia 13/10/99 na sede da PBH irá  
328 acontecer uma reunião dos Conselhos Municipais de BH as 17:00horas. Às 18:20 horas, nada mais havendo a tratar, foi  
329 encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo presidente do  
330 Conselho e pelo Secretário-Geral. Belo Horizonte, 07 de outubro de 1999.  
331 JOM/